

Ministério das Comunicações**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR****ACÓRDÃO DE 26 DE MAIO DE 2014**

Nº 186/2014-CD - Processo nº 53500.015745/2011 e apensos
Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 742, de 22 de maio de 2014. Recorrente/Interessado: ACOM TV S/A (CNPJ/MF nº 03.736.351/0001-53)
EMENTA: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIAS. FAIXA 2,5 GHZ. MMDS. SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO. DEFERIMENTO DO PEDIDO. 1. O indeferimento da prorrogação somente ocorrerá se o interessado não estiver fazendo uso racional e adequado das radiofrequências, se houver cometido infrações reiteradas em suas atividades ou se for necessária a modificação de destinação do uso da radiofrequência. 2. Hipóteses ensejadoras de indeferimento da prorrogação afastadas pela área técnica. 3. Deferimento do Pedido. 4. Preço pela prorrogação. Incidência do art. 10, § 6º, da Resolução nº 544/2010.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 58/2014-GCMB, de 16 de maio de 2014, integrante deste acórdão: a) deferir os pedidos de prorrogação do uso da radiofrequência somente na subfaixa de 2.570 MHz a 2.620 MHz, condicionado à comprovação da regularidade fiscal e das condições subjetivas para expedição do Ato, conforme detalhado na referida análise; e, b) determinar que o preço deverá ser cobrado nos termos do art. 10, § 6º, da Resolução nº 544/2010.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.592, DE 2 DE JUNHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 86 da Lei nº 9.472, de 1997, que prevê a prestação de outros serviços de telecomunicações diretamente pela concessionária desde que seja garantida a transferência integral dos ganhos econômicos que não decorram da eficiência ou iniciativa empresarial nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 108 desta Lei;

CONSIDERANDO que o Conselho Diretor da Anatel, em sua Reunião nº 698, de 20 de maio de 2013, anuiu previamente para a reestruturação societária do GRUPO TELEFÔNICA;

CONSIDERANDO que, na Assembleia Geral do dia 1º de julho de 2013, foi consolidado o processo de reestruturação societária da TELEFÔNICA BRASIL S/A;

CONSIDERANDO que a Anatel foi comunicada pela TELEFÔNICA BRASIL S/A da efetivação da operação de reestruturação societária do GRUPO TELEFÔNICA por meio da carta CT*RJ nº 756/2013, de 3 de julho de 2013;

CONSIDERANDO os processos judiciais nºs 2006.34.00.000369-4, 2006.34.00.002861-6, 0048689-41.2013.4.01.3400, 2007.34.00.036467-5, 0061855-58.2013.4.01.0000/DF, 70107-35.2013.4.01.3400 e 02586-73.2013.4.01.3400;

CONSIDERANDO a sentença proferida no bojo do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.000369-4, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, os cálculos da revisão tarifária devem utilizar a premissa de que não incide contribuição ao FUST sobre as receitas de interconexão;

CONSIDERANDO a sentença proferida no bojo do Agravo de Instrumento nº 61855-58.2013.4.01.0000/DF, e apenas enquanto perdurarem seus efeitos, os cálculos da revisão tarifária não está considerando a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (CIDE - FUNTEL) sobre as receitas de interconexão;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 3º do Ato nº 3.043/2013 determinou que, caso a empresa optasse em realizar a operação de reestruturação antes da finalização do procedimento de revisão tarifária, deveria ser indicado o montante e a forma de transferência dos ganhos econômicos percebidos no período entre a concretização da operação societária e a conclusão do processo administrativo de revisão tarifária aos usuários;

CONSIDERANDO o que dispõem os Processos nºs 53500.022819/2012 e 53500.012324/2013;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 743, de 29 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Revogar parcialmente o Anexo I do Ato nº 4.592, de 15 de abril de 2014, somente no que diz respeito às tarifas homologadas para a Concessionária do STFC, Modalidade de Serviço Local, TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Art. 2º Homologar, na forma do Anexo I deste Ato, os valores tarifários máximos do Plano Básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, modalidade de Serviço Local, da Concessionária do STFC TELEFÔNICA BRASIL S/A, líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 3º Determinar que a TELEFÔNICA BRASIL S/A realize a transferência dos ganhos econômicos percebidos no período entre a concretização da operação de reestruturação societária e a conclusão do processo de revisão tarifária aos assinantes do plano básico, mediante uma redução percentual nas tarifas, de forma uniforme no período restante da concessão, em cumprimento ao parágrafo único do art. 3º do Ato nº 3.043/2013.

§ 1º Para identificar o montante a ser transferido referente ao período de 1º de julho de 2013 até à data de expedição deste Ato, deverá ser considerado que vigoraram valores tarifários distintos, sendo o Ato nº 762/2013, válido até 14 de abril de 2014, e o Ato nº 4.592/2014, válido até a aprovação do Ato de revisão tarifária.

Art. 4º Ratificar que a data-base para futuros reajustes tarifários é 15 de abril de 2014, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações - IST relativo ao mês de novembro de 2013 como básico para o cálculo do reajuste da concessionária TELEFÔNICA BRASIL S/A.

Art. 5º Caso cessem os efeitos do Mandado de Segurança nº 2006.34.00.000369-4, do Mandado de Segurança coletivo nº 48689-41.2013.4.01.3400 e/ou do Agravo de Instrumento nº 61855-58.2013.4.01.0000/DF, ou outra medida judicial com impacto nesse processo, deverá a Superintendência de Competição proceder aos ajustes necessários, a partir da publicação da decisão judicial, apurando os novos valores tanto para a revisão tarifária quanto para a transferência dos ganhos econômicos percebidos no período entre a concretização da operação de reestruturação societária e a conclusão do processo de revisão tarifária.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho
Substituto

ANEXO

ANEXO I AO ATO Nº 5.592, DE 2 DE JUNHO DE 2014 VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DOS PLANOS BÁSICOS DO STFC MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL (Valores em R\$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais) TELEFÔNICA BRASIL S/A SETOR 31 - SP (Exceto Setor 33)

ÍTEM TARIFÁRIOS	VALORES EM R\$
Habilitação Residencial	82,20
Habilitação Não Residencial	82,17
Habilitação Tronco	81,62
Assinatura Residencial	22,61
Assinatura Não Residencial	38,68
Assinatura Tronco	38,64
MIN	0,07527
VCA	0,15056
Mudança de Endereço Residencial	82,20
Mudança de Endereço Não Residencial	82,17
Mudança de Endereço Tronco	81,62
Tarifa de Completamento	0,15056
Assinatura Classe Especial	7,45
Habilitação Classe Especial	82,20
Mudança de Endereço Classe Especial	82,20

Setor 33 - SP = Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodosqui, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guaiara, Guará, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Higuelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra

**SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARANÁ****ATO Nº 5.577, DE 2 DE JUNHO DE 2014**

Processo nº 53516.002173/2014, PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - RTV-Prim - Ponta Grossa/PR - Canal 28 - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

Art. 18 A ausência em 2/3 das reuniões ordinárias, ainda que justificada, no período de um ano, acarretará a notificação da instituição, pela Secretaria Executiva do Comitê, podendo o membro ser substituído.

Parágrafo único. Não será considerada falta do suplente quando o titular confirmar presença e não comparecer.

Art. 19 A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos se responsabilizará pelas passagens e diárias dos representantes titulares, não residentes na localidade onde será realizada a reunião, ou na sua impossibilidade, de seu respectivo suplente.

Art. 20 Poderão ser criados grupos de trabalho, com determinado fim, composição, prazo e resultado, a critério do Comitê.

Art. 21 Poderão participar das reuniões, a convite da Secretaria Executiva do Comitê, por solicitação justificada, em tempo hábil, de qualquer de seus membros, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública do Governo, bem como pessoas físicas ou representantes de pessoas jurídicas, que por sua experiência pessoal ou institucional, possam contribuir para os debates.

Art. 22 As reuniões do Comitê serão registradas em Atas, onde constem os membros presentes, os assuntos debatidos e as deliberações e encaminhamentos emanados.

Art. 23 As Atas das reuniões realizadas deverão ser aprovadas na reunião seguinte do Comitê.

Art. 24 A redação das Atas das reuniões, dos relatórios e demais documentos oficiais é de responsabilidade da Secretaria Executiva do Comitê, cuja divulgação e publicação se efetivará após aprovação pelo Comitê.

Seção I

Atribuições do Grupo Técnico Interministerial

Art. 25 São atribuições do Grupo Técnico Interministerial:

I - articular o desenvolvimento das ações propostas no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e, ainda, propor adequações quando necessário;

II - apoiar as atividades do Comitê Nacional;

III - dar suporte técnico às deliberações do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; e

IV - submeter à apreciação e à aprovação do Comitê, as recomendações oriundas das suas reuniões.

Seção II

Atribuições da Secretaria Executiva do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Art. 26 São atribuições da Secretaria Executiva do Comitê:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

II - executar as atividades administrativas do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

III - elaborar pautas e atas das reuniões;

IV - organizar reuniões presenciais ou virtuais, eventos e publicações técnico-científicos recomendados pelo Comitê Nacional;

V - manter permanente comunicação com os membros que compõem o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; e

VI - apoiar as atividades do Grupo Técnico Interministerial.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Comitê contará com técnicos e pessoal de apoio administrativo designados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, por meio do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos.

CAPÍTULO V**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 27 As instituições, órgãos e entidades vinculadas que compõem o Comitê devem contribuir para a estruturação do mesmo, assumindo as corresponsabilidades para o cumprimento das ações, tarefas e atividades de responsabilidade do Comitê.

Art. 28 As proposições discutidas no âmbito do Comitê constituirão deliberações se definidas por consenso pelas instituições, órgãos e entidades vinculadas presentes na reunião.

§ 1º Na ocorrência do dissenso, o Comitê deliberará por maioria simples pela formação de um subgrupo representativo da discussão ou pela continuidade da discussão, por votação de maioria simples.

§ 2º Após a conclusão do subgrupo, o assunto retornará à pauta para ser deliberado por maioria simples.

Art. 29 As deliberações do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos serão assinadas e encaminhadas pelo seu Coordenador.

Art. 30 As deliberações que o Comitê considerar pertinentes serão encaminhadas a outras entidades e instituições que julgar conveniente.

Art. 31 Ao final de cada ano o Comitê deverá apresentar relatório das ações executadas/ monitoradas e dos respectivos resultados obtidos.

Art. 32 A participação no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 33 Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos pelo Comitê.

Art. 34 Este Regimento, aprovado pelo Comitê na 13ª Reunião Ordinária realizada em 9 de abril de 2014, somente por ele poderá ser alterado.

Art. 35 Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.